



Ciências Biológicas

Cadernos CB Virtual 5

❖Rafael Angel Torquemada Guerra (Org.)

❖Ana Carolina Luchiari ❖Claudio Bezerra Santos

❖Lucilene Gomes da Silva Medeiros ❖Luiz Carlos Serramo Lopez

❖Paulo César Geglio ❖Sávio Torres de Farias

❖Zelma Glebya Maciel Quirino



**Universidade Federal da Paraíba
Universidade Aberta do Brasil
UFPB VIRTUAL**

COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS À DISTÂNCIA

Caixa Postal 5046– Campus Universitário - 58.051-900 – João Pessoa

Fone: 3216-7781 e 8832-6059

Home-page: portal.virtual.ufpb.br/biologia

UFPB

Reitor

Rômulo Soares Polari

Pró-Reitor de Graduação

Valdir Barbosa Bezerra

UFPB Virtual

Coordenador

Lucídio dos Anjos Formiga Cabral

Centro de Ciências Exatas e da Natureza

Diretor

Antônio José Creão Duarte

Departamento de Sistemática e Ecologia

Chefe

Juraci Alves de Melo

**Curso de Licenciatura em Ciências
Biológicas à Distância**

Coordenador

Rafael Angel Torquemada Guerra

Coordenação de Tutoria

Lucilene Gomes da Silva Medeiros

Coordenação Pedagógica

Isolda Ayres Viana Ramos

Coordenação de Estágio

Paulo César Geglio

Apoio de Designer Instrucional

Luizângela da Fonseca Silva

Artes, Design e Diagramação

Romulo Jorge Barbosa da Silva

Apoio Áudio Visual

Edgard Adelino Ruiz Sibrão

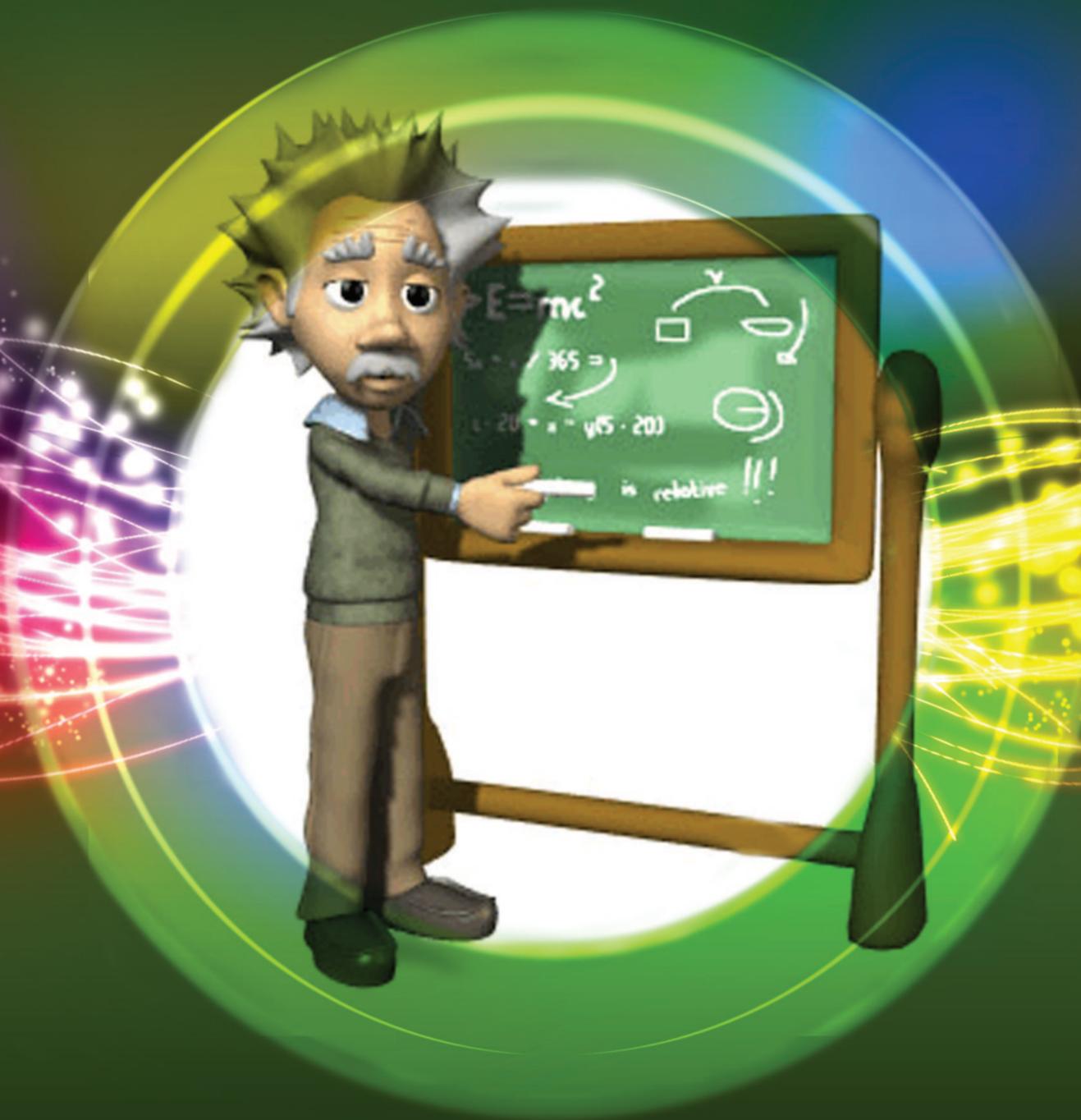
Ilustrações

Christiane Rose de Castro Gusmão

C 569 Cadernos Cb Virtual 5 / Rafael Angel
Torquemada Guerra ... [Org.] -
João Pessoa: Ed. Universitária, 2010.
422p. : Il.
ISBN: 978-85-7745-536-2
Educação a Distância. 2. Biologia
I. Guerra, Rafael Angel
Torquemada Guerra.
UFPB/BC CDU: 37.018.43

Este material foi produzido pelo curso de Licenciatura em Ciências Biológicas à Distância da Universidade Federal da Paraíba. A reprodução do seu conteúdo esta condicionada a autorização expressa da UFPB.

Estágio Supervisionado I



Paulo César Geglio

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O estágio curricular obrigatório ou não, conforme lei federal 11.788 de 25/09/2008, se constitui em prática educativa escolar efetivada em contexto de trabalho profissional. Sua função é contribuir para a formação dos estudantes regularmente matriculados e frequentes em instituições de ensino superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental e na modalidade profissional da educação de jovens e adultos. O estágio curricular é parte integrante do processo de formação inicial e constitui-se como momento de excelência para a análise do confronto entre a teoria e a prática. No caso da formação inicial do professor, a efetiva prática do estágio proporciona a aproximação fundamental e necessária do futuro profissional com a realidade da escola e das condições sociais, econômicas e multiculturais dos alunos. O estágio, conforme explicitado por Pimenta e Lima (2004, p. 35), se constitui como “[...] o eixo central na formação de professores, pois é através dele que o profissional conhece os aspectos indispensáveis para a formação da construção da identidade e dos saberes do dia-a-dia”.

Ao longo de nossas vidas, construímos uma identidade. É ela que dá sentido à nossa vivência, nos diferenciando dos demais indivíduos. Ela nos faz percebermos como diferente na imensidão de seres iguais. Na vida profissional também construímos uma identidade e, assim como na vida comum, ela dá sentido ao que fazemos em nossa atividade laboral. O ponto de partida para a constituição dessa identidade profissional ocorre no momento em que começamos a estagiar, ou seja, quando passamos a vivenciar o lócus da nossa profissão. O estágio não possibilita somente a oportunidade de vivenciarmos uma prática de trabalho real, ele nos insere na profissionalidade. O estágio se constitui, portanto, como uma forma de transição da condição de aluno para a de professor. É um momento em que ocorre o “descortinamento” para o aluno, em que ele, após um longo período nessa condição, passa ao lugar de professor.

No caso do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da UFPB, o estágio curricular é obrigatório e supervisionado, e seus principais objetivos, que serão alcançados pelos alunos, são:

- I. Conhecer a realidade na qual atuará.
- II. Apropriar-se do conhecimento propiciado pela prática.
- III. Desenvolver um processo de reflexão sobre a relação dialética estabelecida entre a teoria e a prática.
- IV. Desenvolver uma formação baseada no contexto real de atuação.
- V. Interagir com profissionais experientes.
- VI. Inserir o aluno em vivências e/ou exemplos práticos para discussões acadêmicas.

O estágio supervisionado para o Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na modalidade EAD está incluído nos conteúdos básicos e profissionais, e tem duração de 420 horas, divididas em quatro (4) períodos a partir do início da segunda metade do curso.

A prática do estágio supervisionado não está circunscrita à observação do professor em sala de aula, no exercício de suas atividades didático-pedagógicas. A prática da docência exige o envolvimento do profissional da educação com a dinâmica interna e externa da unidade escolar, extrapolando o âmbito da sala de aula. Assim, o estágio deve proporcionar ao aluno a oportunidade de conhecer os vários aspectos da escola. Nesse sentido, a carga horária acima contempla a observação das aulas, mas também a participação do estagiário nas ações desempenhadas pelo professor, a regência de aulas, bem como a análise do processo

burocrático-administrativo, o planejamento pedagógico e o contexto social, cultural e econômico no qual a escola está inserida.

Nesse primeiro momento de realização da prática do estágio (estágio I), nos deteremos na coleta e análise de dados relativos ao contexto interno e externo da escola, documentos pedagógicos da unidade, planos de ensino, organização e estrutura didática e administrativa (gestão) e observação da dinâmica do professor na escola e na sala de aula. Para fins didáticos, abordaremos separadamente estes aspectos da escola, mas você notará que os conteúdos estão intimamente relacionados e, muitas vezes, são repetidos nas unidades. Isso mostra sua interdependência e a impossibilidade de serem analisados fora do contexto maior que é o processo de escolarização.

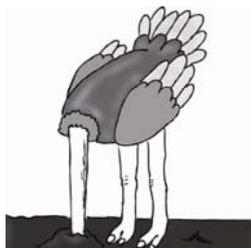
A avaliação do estágio será feita com base na realização e entrega de relatórios parciais e um relatório final dos dados observados, analisados e ações desenvolvidas. Objetivamente, serão avaliadas a efetiva execução das atividades na escola e as descrições das mesmas no relatório. A presença na escola deve ser comprovada por declarações e formulários assinados e carimbados pela autoridade escolar e os profissionais observados. No relatório, a avaliação compreende o conteúdo e a forma de expressão das atividades, (gramática: ortografia, semântica). As orientações para a consecução das atividades e os modelos de formulários estão disponíveis no ambiente virtual e no interior do livro.

Estágio Supervisionado I
Prof. Paulo César Goglio**UNIDADE 1****CONTEXTO ESCOLAR: A ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE****1. A ESCOLA E O CONTEXTO SOCIAL****1.1 CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA E DA COMUNIDADE**

Todas as profissões têm particularidades. A de professor possui várias. Uma delas, é o fato de que o sucesso de sua ação não depende exclusivamente dele, ou seja, não basta o professor ensinar para que o aluno aprenda, ou melhor, não há uma relação direta de causa e efeito nessa prática. Os professores elaboram os programas das suas disciplinas, preparam suas aulas – estudam os conteúdos, selecionam material pedagógico – se esforçam para ensinar aos alunos, mas, ao final da aula, muitas vezes, percebem que boa parte dos alunos não aprendeu o conteúdo ministrado por eles.

A maior recompensa de todo profissional é ver, ao final de seu empenho, o fruto do seu trabalho. Com o professor isso pode ser demorado ou não ocorrer. Por isso, e por outros motivos, o autor português Antonio Nóvoa - no seu livro *Profissão Professor*, da editora Lisboa (Portugal) - considera que essa é uma profissão de risco. Ele a compara a de profissionais, como o médico, bombeiro e outros que podem se decepcionar por não conseguir atingir seu objetivo na medida em que o sucesso de seu trabalho não depende unicamente do seu esforço.

Os professores que possuem algum tempo de atuação conseguem lidar com essa situação um pouco melhor, porém aqueles que iniciam a carreira e se deparam com essa realidade sentem-se frustrados e, alguns deles, pensam em abandonar o magistério. Para minimizar essa sensação, é importante que a formação inicial do professor discuta essa questão, abordando aspectos que contribuam para um melhor entendimento sobre a complexidade que envolve a constituição da escola e o processo de escolarização. Um aspecto importante e necessário para a formação do professor, é o entendimento da relação que a escola tem com a sociedade, sobretudo com a comunidade na qual está inserida. A escola mantém uma relação dialética com o contexto social. Ela interfere no social, ao mesmo tempo em que sofre a interferência daquele.

:: FIQUE POR DENTRO!! ::

Você já teve uma explicação sobre o termo dialética na disciplina de Fundamentos Sócio-históricos da Educação. Vamos recordar! A expressão foi cunhada pelos gregos antigos. Alguns consideram que foi Zênon de Eléa (490-430 a.C.) o fundador da dialética, outros acham que foi Sócrates (469-399 a. C.) O fato é que para os gregos antigos, a dialética se caracterizava como a arte do diálogo, da contraposição/contradição de uma idéia que pode levar a outra idéia. Uma tentativa de, pelo diálogo argumentativo, superar uma idéia com outra idéia. Na sociedade moderna a palavra passou a ser utilizada para designar o movimento das contradições. O filósofo alemão F. Hegel (1770-1831), a utilizou para explicar as mudanças e contradições do mundo natural. Para ele, a dialética é constituída de 3 etapas: tese, antítese e síntese. Hegel considerava que tudo que existe, só existe porque possui em si o seu contrário, ou seja, a possibilidade de não existir. De outra forma, toda afirmação contém em si a sua própria negação. Isso gera uma relação dinâmica de enfrentamento entre opostos. Dessa contradição resulta um produto que é a superação desses opostos. Tomemos o exemplo a seguir: indivíduo (tese), povo (antítese) e Estado (síntese). O oposto ao individual é o coletivo e desse confronto, entre o querer particular e a vontade geral surgem as leis (Estado), que fazem a mediação entre a vontade de cada indivíduo e o respeito ao coletivo. Dialética, portanto, é o movimento das contradições ou de opostos que leva a uma nossa posição, que não seja na íntegra uma das partes, mas que contempla as duas.

Toda instituição, pública ou privada, com ou sem fins lucrativos, que produz algo ou presta serviço, elege um público-alvo. A escola também tem um público-alvo. Assim, ao planejar suas ações ela parte desse foco de atendimento. Ela não pode, ou não deve, estabelecer um plano de trabalho, com objetivos para o atendimento de um público que ela desconhece. Nesse sentido, a primeira providência dos profissionais da educação é conhecer a comunidade na qual a escola está inserida.

A escola não pode ser concebida como uma instituição que tem um fim em si mesmo. Seu mérito é preparar as futuras gerações para atuar na sociedade. Assim, sua missão é com o social, com a formação do cidadão. Para isso, ela deve ter uma visão clara do contexto no qual se localiza, no sentido de contribuir para a melhoria da qualidade de vida daquela população. Não adianta a escola querer estabelecer metas que não condizem com a realidade da situação em que está. Ela deve considerar a cultura e a realidade local. Não obstante a isso, ela também deve trabalhar para a elevação da consciência cidadã. A escola não pode se limitar a reproduzir a sociedade, mas também não pode querer fazer dela aquilo que não se caracteriza como sua vocação. Ela não pode desconsiderar suas práticas culturais e sua realidade política e econômica, mas não deve se abster de discuti-las, para o melhor entendimento de sua dinâmica.

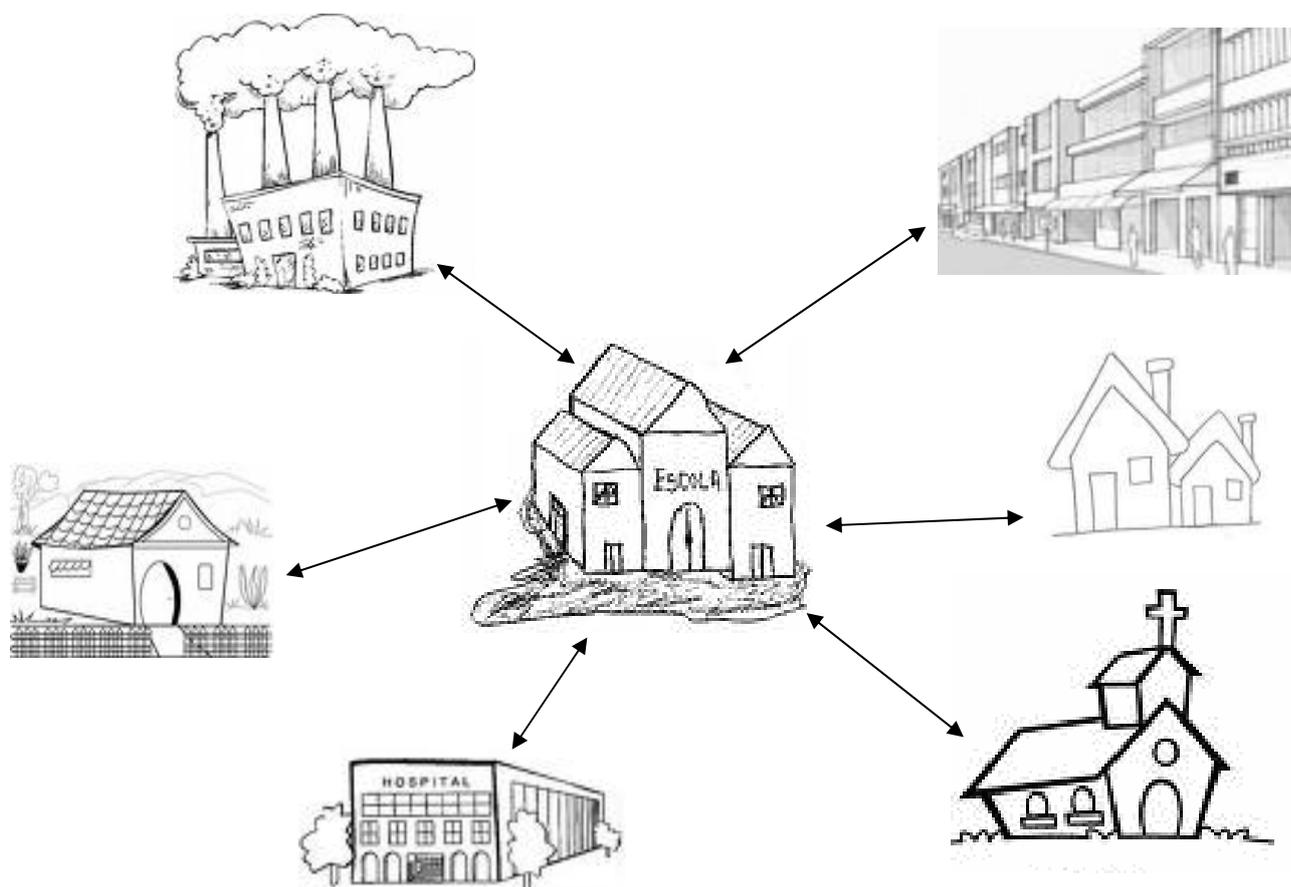


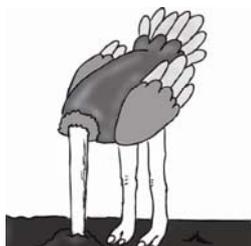
Fig. 1. A escola interagindo com o contexto social

Conforme podemos verificar na figura 1, a escola interage direta e/ou indiretamente com todas as instituições sociais. Isso ocorre, muitas vezes, sem que os profissionais que nela atuam percebam. É uma relação recíproca e tênue. O que ocorre na escola reverbera fora dela, da mesma forma o que acontece nas relações sociais atinge a dinâmica da escola e do trabalho docente. O que as crianças e adolescentes aprendem na escola, em grande medida é levado para a vida cotidiana. Isso é bem visível com os alunos dos anos iniciais da escolarização, idade em que os professores são vistos como ídolos e seus ensinamentos constituem verdades absolutas. Da mesma maneira, as aprendizagens e as culturas adquiridas na sociedade são trazidas para a escola e, muitas vezes, incorporadas à dinâmica do processo de escolarização. Danças, músicas, vestimentas, hábitos alimentares, crenças, modas passam a fazer parte da vida escolar.

A escola não é uma entidade autônoma. Dada sua natureza e seu objetivo, ela necessita estabelecer uma relação recíproca com a sociedade, com o local em que está situada. Isso mostra que cada escola tem características próprias, a uniformização no atendimento e na dinâmica do trabalho docente e da gestão não é possível e nem aconselhável. O atendimento à comunidade, reunião com pais, avaliação escolar, acompanhamento pedagógico, reforço pedagógico, essas e outras atividades da escola devem ser planejadas e executadas com base na realidade local. Não adianta fazer reunião de pais no horário em que a maioria está no trabalho, por exemplo.

Quando a escola efetivamente passou a existir nas sociedades do mundo humano, ela era uma instituição totalmente apartada dos demais setores. Alias, entre os gregos antigos essa instituição era freqüentada por aqueles que não precisavam se dedicar aos afazeres da vida cotidiana. No período Medieval, os conhecimentos ensinados pela escola não tinham nenhuma

relação com o mundo do trabalho comum. Atualmente, diante de variadas fontes de informação, há um constante questionamento em relação ao papel da escola. Porém, há também um claro entendimento de que ela deve estar a serviço da sociedade. Sem prejuízo à especificidade que lhe é inerente, ela deve voltar-se para o conjunto da humanidade. Com essa perspectiva, a primeira atitude da escola é abrir à comunidade. Ela precisa ouvir aqueles que utilizam os seus serviços, pois sem saber do que eles necessitam, ela não pode realizar o planejamento de suas ações, uma vez que tudo o que realiza é voltado para a sociedade à sua volta. A concepção moderna de escola mostra-a como pertencente à sociedade. Ela deve ter a cara da sua comunidade e dentro do seu espectro de atuação resolver os problemas atinentes a essa clientela.

:: FIQUE POR DENTRO!! ::

A idéia de escola é antiga, desde os gregos antigos existem as escolas, que se constituíam muito mais como grupos de pessoas que se reuniam para discutir filosofia ou realizar estudos específicos, que instituições educacionais para crianças. A educação das gerações era feita no sistema de preceptoría, em que o menino de uma família de posse era confiado a outros familiares ou pessoas com variado conhecimento para ser educado. A escola na forma como conhecemos atualmente surgiu na Idade Média, com os padres da Igreja Católica que criaram espaços sistemáticos de formação para os seus quadros e, quase sempre, admitiam também aqueles que não tinham a vocação para a vida clerical. Estas escolas, inicialmente, congregavam no mesmo espaço crianças e adultos e não faziam distinção de conteúdo ou de metodologia. Posteriormente, ela passou a separar os alunos por faixa etária e por conteúdos de ensino. Com o advento do Iluminismo (século XVII), ela foi reformulada e ampliada para uma maior parcela da população. Os precursores do Iluminismo viam na escola uma possibilidade de superação da ignorância que do misticismo que emperrava o avanço da sociedade moderna. É nessa época que surgem as pedagogias que enfocam um ensino mais próximo à realidade social e condizente com a faixa etária e entendimento cognitivo dos alunos.

ATIVIDADE / EXERCÍCIO

Com a Carta de Apresentação do Estagiário você se dirigirá a uma escola pública ou privada de educação básica, na qual fará o levantamento dos dados abaixo.

As informações farão parte do relatório que deverá ser entregue no final do período em data a ser agendada.

I. CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

Características sócio-econômicas

- Breve histórico da criação da escola.
- Características gerais da comunidade e sua influência na composição da clientela escolar: caracterização do setor ou bairro em termos de urbanização (tipo de casas, ruas, igrejas, indústrias, tipo de comércio, transporte urbano etc.), nível sócio-econômico das famílias, aspectos culturais e de lazer, assistência social e de saúde

II. ESTRUTURA FÍSICA E MATERIAL

Edifício escolar

- Tipo de construção e aspecto físico geral
- Salas de aula: quantidade, condições ambientais (iluminação, ventilação etc).
- Salas da administração: quantidade, destinação de uso - se o número de salas é suficiente - (diretoria, vice-diretoria, secretaria, coordenação pedagógica.)
- Salas e ambientes especiais: (quantidade, condições ambientais, iluminação, ventilação etc) laboratórios, biblioteca, salas de projeção (filmes, vídeo, slides), sala de professores, cozinha, refeitório, despensa, almoxarifado, auditório etc.
- Instalações sanitárias: quantidade, condições higiênicas, forma de escoamento dos detritos.
- Bebedouros e lavatórios: quantidade, água tratada ou não.
- Áreas livres: cobertas, descobertas, a que se destinam.
- Recursos tecnológicos gerais (micro, internet, projetor multimídia etc).

Mobiliário

- Carteiras: tipo, estado de conservação.
- Mesas, escrivaninhas (birôs), armários e outros: estado de conservação, adequação ao uso, suficiente ou não.
- Material didático (mimeógrafo, retroprojetor, copiadora, televisores, vídeos, cartazes, mapas etc.): tipo, quantidade, condições de uso, como são adquiridos pela escola.

Espaços de lazer e recreação

- Área disponível para lazer, recreação e esportes: quantidade e condições de uso.

Recursos financeiros

- Verbas de que dispõe a escola
- Sistemática de efetivação das despesas, formas de controle.

III. PESSOAL

- Alunos: número por série, adequação idade/série, número por sala.
- Professores: número e qualificação.
- Especialistas: quantidade de coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, diretor, vice-diretor, qualificação.
- Funcionários: quantidade por cargo (inspetores de alunos, serventes, merendeiras, porteiros, vigias).
- Organograma da escola.

UNIDADE 2

GESTÃO ESCOLAR: ASPECTOS ADMINISTRATIVOS E PEDAGÓGICOS

1. GESTÃO ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA

1.1 GESTÃO ADMINISTRATIVA

Conforme expressamos na apresentação da disciplina, a atuação do professor não se limita ao seu trabalho em sala de aula. A profissão exige o envolvimento dele, de maneira direta ou indireta, em todas as esferas da escola e de suas relações sociais. Uma atividade de grande importância para o funcionamento da escola é a sua gestão. Nesse sentido, é imprescindível que o futuro professor tenha conhecimento de como é o seu processo.

Vamos começar nossa discussão pela definição do termo “gestão”, que pode ser encontrado no dicionário de língua portuguesa e em alguns autores como sinônimo de administração. Não obstante a esse fato, consideramos que há uma diferença de princípios entre administrar e gestar. Podemos definir a administração como uma prática de implementar e conduzir um conjunto de normas e funções elaboradas para efetivar um ritmo de produção, cujo objetivo é alcançar um resultado eficaz. A administração pode ser feita por uma pessoa e tem sua raiz em um modelo centralizador e racionalista do lucro em detrimento do fator humano. A gestão, ao contrário, parte da perspectiva de gestão, de inicialização, em que são considerados aspectos como participação coletiva, democracia, métodos, processos, equipes de elaboração e de execução, acompanhamento, avaliação, análise dos resultados e discussões para reestruturação. Gestão, portanto, pressupõe democracia, coletividade e participação. Ela é mais complexa e necessita de planejamento, competência e empenho dos participantes.

A administração tem como princípio a divisão de tarefas e de responsabilidades, independentes do que se está administrando, o objetivo é o resultado final. A gestão pressupõe uma corresponsabilidade de todos os envolvidos e o processo é tão importante quanto o fim.

:: SAIBA MAIS... ::



A administração tem suas bases no modelo racional e cientificista de Frederick Taylor e Henry Ford, para os quais o fracionamento do trabalho leva a uma maior capacidade de produção em menor tempo. Para saber mais acesse o endereço eletrônico

<http://www.brasilecola.com/geografia/taylorismo-fordismo.htm>

A instituição escolar no Brasil, da forma como a conhecemos, é relativamente nova. Como você viu na disciplina de Fundamentos Sócio-históricos da Educação, o movimento para a constituição de um sistema nacional de educação em nosso país começou com os Pioneiros da Educação Nova na década de 1930. Nesse contexto, o diretor escolar era uma pessoa encarregada da administração, sem a necessidade de ligação com a educação. Foi muito tempo depois que se passou a exigir do diretor escolar experiência de magistério.

Até pouco tempo a administração escolar era totalmente centralizada nas instâncias superiores da educação. O diretor era um mero executor de ordens dos órgãos centrais, um verdadeiro guardião e administrador das determinações apresentadas pelos superiores. Esse modelo de administração escolar foi instituído pela própria gênese centralista como ela foi criada e encontrou guarida a partir dos anos de 1960, com o Golpe Militar em 1964.

Embora as iniciativas de gestão escolar democrática e participativa no mundo remonte ao início do século passado, no Brasil esse modelo passou a fazer parte dos discursos políticos e práticas dos administradores do sistema escolar a partir do final dos anos de 1980, com a abertura democrática da nação. Épooca em que tomaram posse os primeiros governadores eleitos pelo povo. Nesse contexto, as discussões sobre a autonomia da escola se avolumaram e incorporaram iniciativas isoladas, porém decisivas para o princípio da gestão democrática e participativa na escola. Considerando, portanto, que o modelo de gestão escolar participativa e democrática é recente, ainda não está totalmente consolidada em boa parte das escolas do país. Assim, é comum presenciarmos a ingerência da administração central na condução do cotidiano das escolas, bem como a indisposição de diretores quanto a participação da população e dos demais trabalhadores da unidade escolar na condução administrativa, além da falta de conscientização e desconhecimento da comunidade sobre a necessidade de sua presença na escola.

:: SAIBA MAIS... ::



SAIBA MAIS: A escola de Summerhill fundada em 1921, por Alexander Sutherland Neill, na Inglaterra é um exemplo de escola democrática. Ela seguia dois princípios básicos: os alunos decidiam se assistiriam ou não aulas e a instituição de assembleias com a participação geral sobre as normas da escola. Seu fundador defendia a idéia de que os alunos aprendiam melhor se fossem livres de coerção e repressão presentes nas escolas. Assim, em Summerhill as crianças decidiam as aulas que freqüentariam. Outro exemplo, é a Escola Waldorf, fundada em 1919, seu precursor, o austríaco Rudolf Steiner, tinha como princípio fundar uma escola para o livre desenvolvimento da criança. Do ponto de vista da gestão, sua exigência foi a não ingerência do estado e o envolvimento dos professores na gestão. Para saber mais acesse <http://edudemocratica.pbworks.com/Summerhill> e <http://sab.org.br/fewb/pw1.htm>

O modelo de administração escolar atual está cada vez mais baseado na perspectiva da gestão participativa e democrática. Como gestor, o diretor escolar deve partilhar todas as decisões e responsabilidades na condução da escola. Mais do que administrar aspectos burocráticos, material, técnico e de pessoal, o gestor deve assumir o papel de educador político da comunidade. Ele faz um trabalho de educador na medida em que convoca, partilha e ensina às pessoas a participarem da gestão da escola.

Esse novo paradigma de administração escolar demanda paciência e consciência coletiva do diretor e de todos os profissionais da escola. A gestão escolar democrática e participativa, que inclui a comunidade em suas decisões, se constitui como parte do papel da escola na medida em que realiza o trabalho de educação e mobilização do povo. Para o diretor escolar é muito mais fácil e rápido uma gestão centralizada, porém é uma responsabilidade muito grande que ele

assume sozinho, além de não ser educativa para a comunidade. A escola que efetivamente exerce uma gestão coletiva não é uma instituição à parte na comunidade, ela estará integrada à comunidade que zelará por ela constantemente.

Embora a gestão escolar democrática seja uma tendência cada vez maior nas sociedades organizadas, ela não é processo fácil de organizar e conduzir. Seu resultado é fruto de um longo trabalho pedagógico exercitado pelo diretor e professores, isso requer o domínio da legislação, bem como de mecanismos que possibilitem a implementação de instâncias próprias de decisão como colegiados, conselhos, grêmios estudantis.

A gestão democrática da escola leva a uma maior autonomia dela em relação às instâncias superiores da educação, pois as decisões são referendadas pelo povo. Em sociedades democráticas as decisões fundamentadas na vontade do povo assumem grande relevância. Ter uma gestão democrática na escola, não significa a ausência do governo, ao contrário, sua presença é necessária e fundamental. É ele quem dá as condições financeiras e materiais para a existência da escola. Quando falamos da participação da comunidade, não estamos nos referindo a encontros para fazer reparos na unidade ou arrecadar recursos para suprir eventuais gastos da escola, isso pode até acontecer, mas não é esse o papel da participação social. Estamos argumentando a respeito da gestão da escola e dos recursos provenientes do poder público, que tem a responsabilidade de criar e manter a escola.

Em uma verdadeira democracia, a soberania é sempre exercida pelo povo. Conforme escreveu o filósofo J.J. Rousseau (1712-1778), no seu livro “Do contrato social”, as decisões políticas e as leis devem ser feitas diretamente pelo povo, ele é o soberano. Para esse filósofo, o governante é um executor das ordens determinadas pelo povo. Para que o povo seja o soberano é necessária, segundo ele, a participação de todos, sem restrição e sem mandatos. Cada um representa a si mesmo, ninguém deve representar ninguém, pois cada um tem interesses particulares e nenhuma pessoa deixaria os seus para defender os de outros. Portanto, para Rousseau, o povo só se legitima como soberano se participar e não se fazer representar.

Esse envolvimento da população nas decisões políticas da sociedade, pode iniciar no exercício da participação na gestão da escola. Nesse sentido, é de fundamental importância o incentivo da comunidade na vida da escola. A natureza da educação é a instrumentalização das pessoas para a conquista da autonomia. Na medida em que ela ensina os caminhos para a independência, ela também se torna, cada vez mais, independente dos poderes governamentais.

Como já falamos, a administração da escola, na perspectiva da gestão democrática e participativa, não é fácil, pois depende da disposição dos profissionais que trabalham nela em perceber que sua tarefa, assim como o papel da escola, não se resume ao ensino de conteúdos às crianças e adolescentes. Seu compromisso é com a sociedade, com a comunidade na qual está situada. Seu dever é elevar a qualidade de vida das pessoas, a partir da conscientização sobre a responsabilidade social, elevação do nível cultural e incentivo à participação das pessoas nas decisões sobre a vida da comunidade. Esse trabalho é lento e difícil, principalmente para os diretores e professores que não possuem essa visão da escola ou que não tiveram essa formação.

A escola que pretender ter uma gestão democrática e participativa precisa observar alguns princípios que fundamentam suas ações, como, por exemplo, ser educadora do cidadão, independente de ser aluno, ou pai de aluno; deve estar aberta a todos; envolver os alunos nas decisões e regras de conduta; exercer a descentralização; flexibilidade de horários para reuniões; clareza e objetividade nas atitudes; comunicação; respeitar e ser cordial com a comunidade;

cumprir as decisões da coletividade. Para a consecução da gestão democrática e participativa da escola é necessária a criação de algumas instâncias - Conselho Escolar, Grêmios Estudantil, Associação de Pais e Mestres (APM) - e documentos que legitimem essa prática – Calendário Escolar, Projeto Pedagógico e o Regimento Escolar

ATIVIDADE / EXERCÍCIO

Levantar informações, na escola (com a direção, coordenação pedagógica, secretário, professores etc., sobre a existência de Conselho Escolar, APM, Grêmios e outras formas de participação social. Verificar estrutura organizacional, periodicidade de encontros, formas de registros, tipo de convocação, frequência das pessoas, formas de eleição etc. Analisar o Regimento (fazer uma minuta do documento) e o Projeto Pedagógico (registrar os principais aspectos – missão, objetivos, projetos, gestão etc., quem participou da elaboração, época em que foi realizado, quando foi revisto etc.). Analisar o Calendário Escolar (investigar quem participa da elaboração, quando é feito, datas comemorativas, reuniões previstas etc). Descrever o expediente de atendimento ao público (horário da secretaria, registro de aluno, expedição de documentos, prontuários etc.).

1.2. GESTÃO PEDAGÓGICA

A gestão pedagógica também é considerada, no atual momento social, uma atividade de caráter democrático e participativo na escola. Porém, dada a especificidade de sua natureza e objetivos sua elaboração, se constitui em uma prática que congrega muito mais os especialistas da educação que a comunidade. Considerando o principal papel da escola, a gestão pedagógica é a atividade mais importante da instituição, pois ela gere, organiza, gerencia e avalia a prática pedagógica – que envolve o processo de ensinar e aprender – que constitui o objeto final da escola. Nessa ação, estão envolvidos vários aspectos, como seleção de conteúdos das disciplinas, método de ensino, avaliação da compreensão dos alunos, atividades de acompanhamento discente, encontros de discussão docente, formação continuada dos professores etc. A gestão administrativa, em comparação com a pedagógica, pode ser considerada como uma atividade meio, sob o aspecto da sua especificidade. A preocupação na gestão pedagógica é estabelecer os objetivos e metas para o ensino. Ela elabora o currículo e apresenta as estratégias de atuação, a partir dos interesses e perfil da comunidade que atende. Os responsáveis pela gestão pedagógica discutem, elaboram e propõem encaminhamentos para o processo de avaliação a respeito da proposta educacional, bem como os objetivos e a forma de atingi-los. Eles formulam a sistemática de acompanhamento do trabalho dos professores e demais envolvidos na ação pedagógica.

Invariavelmente, a gestão pedagógica é realizada pelo conjunto de profissionais da educação que estão diretamente ligados ao processo escolar dos alunos. A equipe é composta pela coordenação pedagógica, orientação educacional e professores. Na maioria das vezes, também a direção da escola se envolve diretamente no processo. Esse conjunto de profissionais se responsabiliza pelo planejamento, elaboração e gerenciamento de todo processo didático-pedagógico da unidade. O cuidado vai desde o estabelecimento dos objetivos até a avaliação do processo, passando pelas etapas de execução e acompanhamento individual de cada aluno e de

cada professor, assessoramento aos professores, montagem de estratégias de atuação, reunião com os pais dos alunos, seleção de livros didáticos, elaboração de material pedagógico, promoção de eventos pedagógicos (feiras, oficinas, semanas culturais, atividades científicas, passeios, visitas etc.)

A educação escolar da população sempre esteve presente nos discursos políticos de governantes no Brasil, mas quase sempre ela não recebeu o tratamento necessário em função da responsabilidade que assume na sociedade. Várias iniciativas foram implementadas, porém não tiveram força econômica e política para prosseguir, além de terem sido práticas isoladas em alguns estados ou municípios com maior pujança econômica. Os sucessivos presidentes do país tentaram deixar sua marca na educação, mas só fizeram obras e projetos que não se sustentaram nas sucessões. A partir da última década, temos presenciado ações dos governos federal, estaduais, municipais mais consistentes e incisivas para a educação, embora ainda careçamos de uma política nacional efetivamente condizente com os anseios da nação.

As políticas governamentais de educação que presenciamos atualmente são reflexos da importância que a sociedade moderna dá à escola. O discurso mundial é de que uma nação próspera é erigida com a força da educação escolar. Assim, todos os países que fazem parte do bloco do primeiro mundo ou aqueles que estão na eminência de passar para ele, mostram que sua força está na educação. O Brasil é um país que espera fazer parte desse conjunto de nações e todos nós sabemos que nosso sistema educacional não corresponde a essa expectativa. A sociedade brasileira – os meios de produção e prestação de serviço – tem um grande potencial de crescimento e alimenta a perspectiva de ver o país integrado ao denominado primeiro mundo. A cobrança daqueles que fazem parte dessa comunidade é que o Brasil elimine o analfabetismo, que dê mais tempo de escolarização para sua população e que erradique a miséria.

Com essa pressão externa e interna, as políticas para a educação escolar vão surgindo com mais intensidade e consistência. Da mesma forma surgem as cobranças para que elas sejam implementadas e apresentem resultados. Estamos em uma corrida contra o tempo em relação às outras nações que almejam entrar na modernidade. Nesse sentido, os aportes financeiros começam a surgir. Ainda falta muito, mas já dá sinais. Junto com essa onda são estabelecidas as formas de acompanhamento dos investimentos. Quanto a isso, as avaliações constituem recursos de grande importância para os gestores governamentais analisarem o que deve ser revisto, intensificado ou mudado

A equipe de gestão pedagógica sabe que o sucesso de seu trabalho será refletido na avaliação do aluno. Tanto a avaliação interna - que os professores fazem de suas disciplinas, ou que a escola promove com o conjunto dos alunos – quanto a externa – feita pelas instâncias governamentais – constituem parâmetros para avaliar, indiretamente, o trabalho do corpo docente, coordenação pedagógica, orientações educacionais, enfim, o conjunto da equipe de gestão pedagógica. Além das avaliações feitas pelas secretarias de educação municipais, estaduais, há uma avaliação nacional por nível de ensino. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) são dois exemplos de avaliação externa, feitas pelo Ministério da Educação (MEC), que expõe diretamente as carências escolares dos alunos, e, indiretamente, a escola e sua equipe pedagógica. Esta última exposição, embora não seja explicitada, fica subentendida, pois quando o aluno tem dificuldades de aprender, e não há outros fatores relacionados, o problema é da escola, ou seja, a escola não está conseguindo cumprir seu papel. Por isso, a equipe de gestão pedagógica necessita planejar, elaborar, executar e avaliar constantemente suas ações, pois o sucesso dos alunos também é o seu sucesso.

ATIVIDADE / EXERCÍCIO

Levantar e registrar informações sobre o envolvimento dos professores, coordenação e direção na gestão pedagógica da escola.

UNIDADE 3

PLANEJAMENTO ESCOLAR: PROJETO PEDAGÓGICO

1. ELABORAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

O projeto pedagógico consiste em um documento no qual são estabelecidos objetivos e metas que a unidade escolar pretende atingir em um determinado tempo. Esse documento deve ser elaborado a partir de discussões e análises sócio-econômicas e envolver todos os trabalhadores da escola, em particular os professores. Antes de continuarmos abordando o projeto pedagógico, vamos falar um pouco de outra atividade. O planejamento. Ele é tão importante quanto o projeto pedagógico, pois sua execução é a base do projeto pedagógico.

O termo planejamento é muito utilizado atualmente em todas as áreas do conhecimento humano, sobretudo no campo da administração. A palavra aparece conjugada com várias outras como, planejamento estratégico, planejamento financeiro, planejamento urbano, planejamento administrativo, planejamento familiar, planejamento social, planejamento tático, planejamento operacional, planejamento ambiental, planejamento pedagógico. Mas, o que é planejamento e qual a sua importância?. Embora, algumas vezes, ouvimos ou usamos a expressão “fazer planejamento”, ele não se constitui em um documento, propriamente dito, mas uma ação processual que possibilita a elaboração de um plano ou documento. Portanto, planejamento é uma prática realizada por um grupo de pessoas responsáveis por elaborar um plano para atingir um fim.

Em administração, o planejamento é visto como uma ferramenta que possibilita vislumbrar uma realidade futura, traçar caminhos, determinar ações para se atingir os objetivos, e avaliar o processo e o resultado final do que foi proposto. Como envolve um grupo de pessoas, diferenças de opinião, visão de mundo, interesses etc., o planejamento se torna um ato político, que pressupõe discussão, negociação, articulação, convencimento, decisão. Como o planejamento é um ato político e dele participa vários atores sociais, ele não é atividade neutra, isenta de interesses de grupos, assim como não se constitui em uma prática linear, calma, burocrática. As relações que movimentam o planejamento são baseadas na polêmica, são conflituosas, marcadas por rupturas e superações. Mas, isso não é ruim, ao contrário, os confrontos de ideias são necessários para a formação social dos indivíduos, assim como são e benéficos para a consolidação da democracia e o espírito de participação e reconhecimento dos semelhantes. Segundo Padilha (2001, p. 30),

Planejamento é processo de busca de equilíbrio entre meios e fins, entre recursos e objetivos, visando ao melhor funcionamento de empresas, instituições, setores de trabalho, organizações grupais e outras atividades humanas. O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações

Planejar, em sentido amplo, é o processo que "visa a dar respostas a um problema, estabelecendo fins e meios que apontem para sua superação, de modo a atingir objetivos antes previstos, pensando e prevendo necessariamente o futuro", mas considerando as condições do

presente, as experiências do passado, os aspectos contextuais e os pressupostos filosófico, cultural, econômico e político de quem planeja e com quem se planeja. (PADILHA, 2001, p. 63). Planejar é uma atividade que está dentro da educação, visto que esta tem como características básicas: evitar a improvisação, prever o futuro, estabelecer caminhos que possam nortear mais apropriadamente a execução da ação educativa, prever o acompanhamento e a avaliação da própria ação. Planejamento e avaliação caminham de mãos dadas.

Planejamento Escolar é o planejamento global da escola, envolvendo o processo de reflexão, de decisões sobre a organização, o funcionamento e a proposta pedagógica da instituição. É um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. Cada unidade escolar faz o seu planejamento e dele deve participar, além dos trabalhadores da escola (diretores, coordenadores, professores, secretário, merendeira etc.), a comunidade externa, ao menos os alunos e seus responsáveis, ou seja, seus usuários, afinal o que está em discussão diz respeito ao que será oferecido a eles, portanto é importante que participem das decisões gerais. A sociedade precisa saber e opinar a respeito do que a escola pretende fazer por ela. Do contrário, é como se outros tomassem decisões sobre os rumos de nossas vidas sem o nosso conhecimento ou participação. O papel que a escola tem para com a sociedade começa por abrir-se à comunidade, para discutir o que fará com os seus filhos, quais serviços lhes serão oferecidos, isso é um ato de educação social.

Após essa rápida exposição sobre o planejamento, voltemos ao Projeto Pedagógico, também conhecido como Proposta Pedagógica ou Projeto Político Pedagógico (PPP). O Projeto Pedagógico (PP) é o resultado de um planejamento. Feito pela equipe pedagógica da escola, o PP é um documento que sintetiza os princípios, objetivos, diretrizes, prioridades e ações estabelecidas pelo conjunto dos profissionais. Embora o PP seja elaborado efetivamente pela equipe pedagógica, ele deve refletir, na prática, os anseios e expectativas da comunidade. Os envolvidos nesse plano devem sensibilizar-se pelo que percebem na sociedade, bem como pelo que a comunidade manifestou nos encontros de planejamento. Os profissionais da educação não podem se fechar no interior da escola e criar um plano de ação alheio à realidade social. A escola não deve somente perpetuar as práticas sociais, mas respeitar aquelas que são culturais e benéficas para a coletividade e, a partir delas, apontar caminhos para a melhoria da vida dos habitantes.

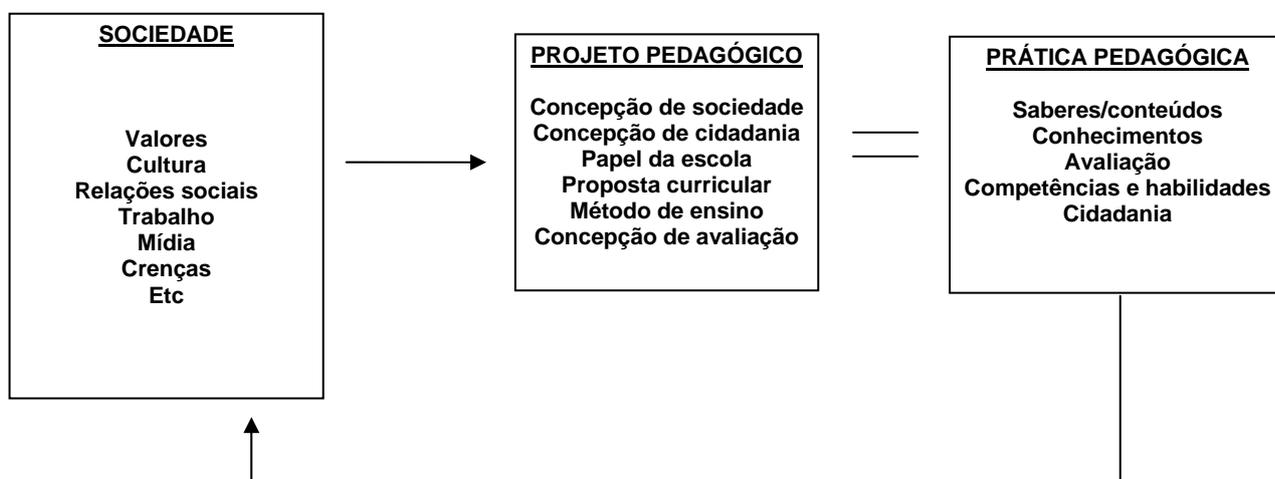
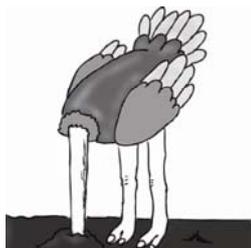


Fig. 2 As práticas sociais alimentam as práticas escolares, assim como se renovam a partir delas.

:: FIQUE POR DENTRO!! ::



O termo “político”, utilizado nesta unidade tem o sentido etimológico, a forma de sua origem. Como sabemos, a palavra política é derivada de polis, que foi cunhada pelos gregos antigos para se referir à cidade, que era considerada como uma comunidade organizada, formada pelos cidadãos. O filósofo Aristóteles (384-322 a.C) definiu o homem como um *zoon politikon*, ou seja, um ser naturalmente político, de relações sociais, aquele que exerce a sua civilidade, que cuida da sua polis (cidade, comunidade, local de pertença).

A construção do PP está prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) 9394/96, que no seu artigo 14 diz que. “Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes”. Essa elaboração deve refletir questões que envolvem:

- A concepção de homem e de mundo, que a sociedade possui.
- Papel da educação escolar na sociedade humana.
- Concepção de cidadão.
- Concepção de conhecimento.
- Concepção de currículo.
- Concepção e papel de avaliação.
- Quais competência e habilidades a escola pode oferecer aos seus egressos.

O PP não pode ser visto como um documento sem utilidade prática, que só serve para ocupar o escasso tempo da equipe pedagógica da escola. Não é uma mera formalidade burocrática. Ele é uma maneira de responder a determinadas necessidades da sociedade e definir o papel da escola. O PP é uma elaboração complexa que evidencia aspectos das relações existentes no conjunto dos profissionais da escola. Ele revela as possibilidades e os limites das relações e das ações que podem ser efetivas por determinada instituição escolar

Como um documento que define as intenções da escola, em realizar um trabalho visando a boa qualidade, o PP exige dedicação e reflexão da equipe sobre o que será feito, assim como a maneira como será desenvolvido o trabalho. O PP é elaborado a partir do diagnóstico da realidade local, na qual a escola está inserida. Assim, cada PP um tem objetivos, metas e propostas diferentes. O conteúdo do PP, bem como os itens que compõem o documento, difere de uma escola para outra, mas, de maneira geral, podemos perceber a existência de aspectos comuns entre eles. Não há necessidade da elaboração de um PP a cada ano, porém ele deve ser discutido e avaliado anualmente, em função das necessidades dos alunos, da comunidade e da escola. Abaixo apresentamos dados que estão presentes no PP.

PROJETO PEDAGÓGICO

I. IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

- Nome da Escola.....
- Local
- Diretoria de Ensino.....
- Cursos Oferecidos.....
- Direção
-

II. CARACTERÍSTICAS DA ESCOLA

- Espaços Físicos
- Recursos Técnicos e Pedagógicos.....
- Funcionários

III DIAGNÓSTICO DA COMUNIDADE E DA ESCOLA

IV. OBJETIVOS DA ESCOLA.....

V. METAS E AÇÕES DA ESCOLA.....

VI. OBJETIVOS E CARACTERÍSTICAS DOS CURSOS

VII. SISTEMA DE AVALIAÇÃO E CONTROLE DE FREQUENCIA DOS ALUNOS.

VIII. AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

IX. PROJETOS DESENVOLVIDOS NA ESCOLA.....

ATIVIDADE / EXERCÍCIO

Verificar a existência do projeto pedagógico na escola. Apresentar uma súmula do seu conteúdo; registrar a data de sua elaboração; quais e quantos profissionais participaram da construção; qual a periodicidade de revisão do documento; como é realizada; quando é feito e quem participa da revisão e avaliação dos objetivos e metas. apresentados.

Obs: Os itens apresentados acima, sobre o PP não devem ser tomados como referência para a análise de outros. No contexto dessa disciplina, eles servem de parâmetros para o aluno ter uma noção geral da composição do referido documento.

UNIDADE 4

PRÁTICA PEDAGÓGICA: OS SABERES E AS PRÁTICAS DOCENTES

1. AS FONTES DOS SABERES E AS PRÁTICAS DO PROFESSOR DE CIÊNCIAS

A arquitetura do nosso sistema escolar evidencia que, à medida que os indivíduos crescem e evoluem cognitivamente demandam a apropriação de saberes mais elaborados e especificamente constituídos, fato que leva às especializações. Entre os três segmentos de ensino da educação básica nacional, percebemos no Ensino Fundamental II - que se estende do 6º ao 9º de escolarização (antigo 5ª à 8ª séries) - a existência do componente curricular “Ciências”, que envolve conteúdos relativos ao conhecimento da física, química e biologia. Essa disciplina (Ciências) é trabalhada por um único professor, que pode ser egresso de um dos Cursos de Licenciatura em Física, Química ou Biologia. Embora a proposta e os conteúdos de ensino previstos para esse nível do Ensino Fundamental não estejam pautados pela ótica dos saberes específicos, é necessário que o professor tenha relativo domínio de assuntos ligados às três disciplinas citadas. Assim, por mais que em sua formação inicial os conteúdos das duas outras disciplinas, que não a sua, tenham sido abordados, a ênfase é na especialização, isto é, nos conteúdos de sua área base. Portanto, é necessário que o professor de Ciências busque fontes para se apropriar dos saberes que ensina.

Outro fato que temos presenciado em nossa jornada de professor e pesquisador educacional, é que a formação do professor não se limita ao momento da formação inicial. Ela se estende ao longo de sua atuação profissional. Também observamos que os saberes e as práticas constituintes do ofício de professor são construções derivadas de um processo de ressignificações da sua própria atividade docente. Queremos dizer que uma parte considerável dos conteúdos que os professores ensinam aos seus alunos são construções que eles mesmos elaboram. Ao se apropriar de conteúdos de livros e outras fontes, o professor não os aplica aos alunos de maneira reprodutiva, da mesma forma como encontraram. Eles reinterpretem, dão novos significados, estabelecem relações, enfim recriam os conteúdos, em função das circunstâncias e necessidades materiais, pedagógicas e cognitivas dos alunos. Essa é uma forma de produção de conhecimento, muito importante para a consolidação da sua atuação profissional. Nesse sentido, os professores gradativamente vão se libertando das amarras dos conteúdos de sua formação acadêmica e “criando o seu conteúdo de ensino”. Portanto, a “[...] prática é como um processo de aprendizagem através do qual os professores e professoras retraduzem sua formação anterior e a adaptam à sua profissão, eliminando o que lhes parece inutilmente abstrato ou sem relação com a realidade vivida e conservando o que pode servir-lhes, de uma maneira ou de outra, para resolver os problemas da prática educativa [...]” (TARDIF, 2004, p. 181).

Podemos considerar esse conhecimento, ou conteúdo, produzido pelo professor, como síntese (resultado) da relação entre a teoria e a prática. Pois, emergiu do confronto entre o que ele apropriou de livros e outras fontes e a realidade das condições materiais e dos alunos com os quais trabalha. A adaptação de um conteúdo à situação de trabalho se caracteriza como produção de conhecimento. Assim, a ação do professor não se limita a ensinar o que alguém produziu, ele também elabora conhecimento a ser ensinado. Segundo Tardif (2004), os saberes e as práticas do professor não têm como fonte exclusiva o curso de formação inicial, pois embora a escola seja uma organização que possui fins específicos, eles são produtos de uma lógica de conflitos,

negociações, colaborações e acordos que envolvem as pessoas que fazem a instituição escolar e que precisam colaborar entre si e estabelecer e perseguir fins comuns. Fins que não podem estar distantes dos fins de outras instituições e instâncias sociais, que são formadas por grupos, camadas e classes sociais com diferentes interesses.

A finalidade do trabalho docente é subjacente aos fins mais amplos da educação e da sociedade, pois o próprio programa de conteúdos de ensino é estabelecido por órgãos oficiais e não pelo professor. Isso interfere sobremaneira no trabalho do professor e da escola. A maneira de trabalhar o programa também é influenciada pela experiência do professor, ou seja, pelo tempo que possui de magistério. A experiência torna o professor mais flexível e mais capaz de adaptar os programas às suas necessidades e às dos alunos. Ele consegue organizar e ajustar seu tempo e respeitar o programa. Mas, os professores jovens, em início de carreira, não possuem tanta competência em fazer isso. Assim, o tempo disponível para aplicar o programa torna-se o maior empecilho. A experiência do professor não está baseada somente no tempo de magistério, mas também na diversidade de situações vividas, como, por exemplo, ter ensinado diferentes disciplinas para diferentes faixas etárias de alunos.

Para Tardif e Lessard (2005) o trabalho do professor parece adquirir sentido em razão do conhecimento a ser transmitido na escola, do fracionamento desses saberes em unidades e subunidades, dos aspectos objetivos e subjetivos, assim como das concepções de aprendizagem inerentes aos programas que são assimilados pelos alunos individualmente e que são interpretados, decididos, organizados e reorganizados pelo docente. A essa perspectiva de análise, interpretação e investigação, sobre os saberes e as práticas dos professores denominamos de “nova sociologia da educação”, uma tendência investigativa que discute a educação a partir das práticas e das relações que se desenvolvem em seu interior, na sala de aula e que nos interessa observar nesse momento da formação do futuro professor. Embora essa etapa do estágio supervisionado não tenha como objetivo inserir o formando em sala de aula, nossa perspectiva é que ele tente perceber a maneira como o professor seleciona e utiliza as fontes dos conteúdos que ensina aos alunos.

ATIVIDADE / EXERCÍCIO

Com o auxílio de questionário, coletar informações com os professores de Ciências da escola, a respeito das fontes que utilizam para constituir os saberes da disciplina e como procedem o ensino dos conteúdos na sala de aula com os alunos.

Obs: disponibilizaremos um modelo de questionário no ambiente virtual.

UNIDADE 5

PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO: PROPOSTA DE ATUAÇÃO NO ENSINO DE CIÊNCIAS

1. PLANO DE CURSO/PLANO DE ENSINO/PLANO DE AULA

Como parte desta etapa do estágio supervisionado (estágio I), nossa pretensão é que você construa um plano de ensino para a disciplina de Ciências no Ensino Fundamental II. Esta atividade tem como objetivo sua preparação para elaborações futuras, na profissão, além de ser útil para uma possível apresentação na unidade escolar na qual está iniciando o estágio, caso a direção e/ou coordenação solicite. Com este propósito, apresentamos nesta unidade de estudo conceitos e exemplos de planos, assim como sua composição e termos inerentes à sua estrutura.

Para entendermos o significado de plano de ensino, é preciso pensar no projeto pedagógico da escola, no plano de curso e no plano de aula, pois todos estão intimamente relacionados. Embora a edificação dos planos de ensino e de aula de uma disciplina sejam tarefas do(s) professor(es) que a ministra, eles devem estar em consonância com o plano do curso, que foi elaborado pela fração de professores da escola que atuam no curso. O plano de curso, por sua vez, deve estar em sintonia com o projeto (plano) pedagógico da escola - feito pelo conjunto dos docentes, coordenadores, orientadores educacionais, diretores -, que deve refletir os anseios e necessidades da comunidade na qual a escola está inserida. Cada documento citado acima está interligado um no outro, como uma fração do mesmo plano. Cada um com níveis de detalhamento particular, mas orientado pelas diretrizes do todo, ou seja, pelo projeto pedagógico da escola, como representado na figura abaixo.

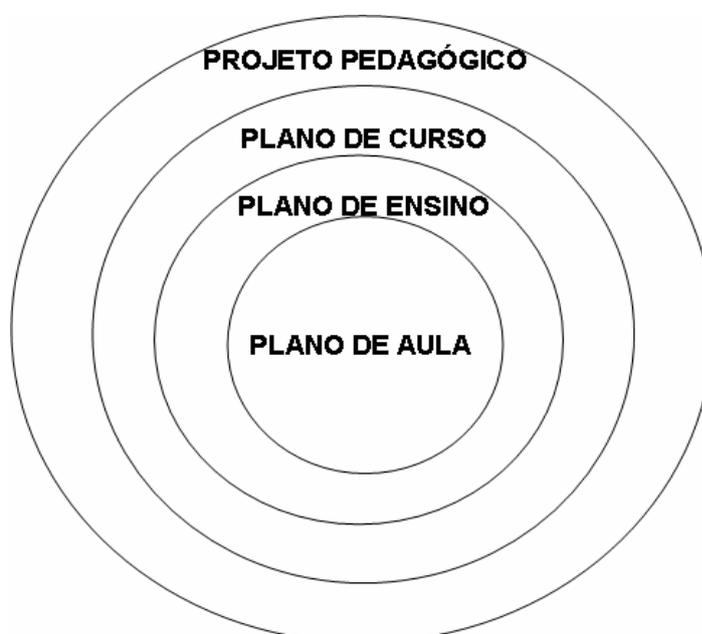
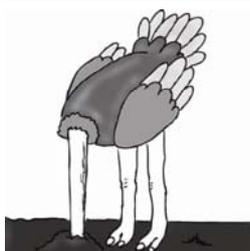


Fig. 3. Há uma interdependência entre os planos e o projeto pedagógico da escola

:: FIQUE POR DENTRO!! ::



Você poderá encontrar os termos “plano de curso” e “plano de ensino” com o mesmo sentido, ou seja, o documento que o professor elabora para a disciplina que ministrará em um determinado ano/série dos Ensinos Fundamental I e II, Médio ou Curso Superior. Assim, as diferenças ficam no âmbito da semântica e não do conteúdo e forma. Para o nosso propósito, nesse material, utilizaremos os termos acima para nos referirmos a níveis diferentes de registros pedagógicos. Pode ser que você seja cobrado pelos dois, com estas ou outras denominações, ou apenas a um deles com uma das nomenclaturas citadas.

Iniciamos nossa discussão pelo plano de curso, pois já abordamos o conceito de projeto pedagógico escolar na unidade 3. Quando falamos de curso estamos nos referindo, no âmbito deste material, a um segmento/nível de escolarização da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio). Assim, o plano de curso diz respeito a um documento, no qual estão registrados os princípios, objetivos e metas de um determinado nível de ensino, além do conjunto de disciplinas (componentes curriculares) que serão ministradas em cada ano/série, os projetos temáticos sugestivos para a faixa etária dos alunos, bem como os princípios metodológicos e avaliativos previstos para o curso (segmento escolar).

Quanto ao plano de ensino, estamos considerando o documento - que é parte integrante do plano de curso -, no qual devem constar, de maneira geral, as seguintes informações:

Identificação da escola
 Curso (segmento/nível de ensino)
 Ano/série
 Disciplina/componente curricular
 Carga horária da disciplina (anual)
 Professor

Estas são as informações gerais do plano de ensino

Ementa
 Objetivo geral
 Objetivo específico
 Competências
 Habilidades
 Conteúdo programático (1º, 2º, 3º e 4º bimestres)
 Metodologia
 Avaliação
 Referências básicas e complementares

Ementa é uma palavra derivada do latim que significa pensamento, idéia. Figurativamente, ela é utilizada para expressar anotações gerais e sucintas de informações que posteriormente serão descritas com maior profundidade. No plano de ensino a ementa se caracteriza como uma breve apresentação do conteúdo programático, isto é, do conteúdo que se pretende ensinar aos

alunos. A redação da ementa geralmente é feita de maneira a registrar os tópicos, separados por vírgula na mesma linha.

Os **objetivos** dizem respeito às contribuições da disciplina para o processo de formação do aluno, considerando a sua abrangência e especificidade. O objetivo geral foca os propósitos de caráter mais amplos da disciplina. Para estabelecer tal objetivo podemos formular, por exemplo, a seguinte questão: qual a contribuição que a disciplina de Ciências pode oferecer para a formação cidadã de alunos do 7º ano, no processo de escolarização. Os objetivos específicos estão relacionados ao conjunto dos saberes/conteúdos que a disciplina tem a oferecer aos alunos em determinado ano/série escolar. As perguntas são: o que ensinar e por que ensinar tais saberes/conteúdos aos alunos.

Competência pode ser definida, brevemente, como capacidade que as pessoas demonstram no entendimento e resolução de determinados problemas ou situações, utilizando para isso um conjunto de recursos de natureza própria e adquirida como conhecimento, experiência, técnica etc. As competências são capacidades abrangentes, na medida em que exige a mobilização desse conjunto de potencialidades. Uma educação com foco no desenvolvimento de competências deve ter, como princípio, a resolução de situações que tenham significado para os alunos. Em nosso caso, o ensino de Ciências para alunos de um determinado ano/série do Ensino Fundamental deve ter, como meta, uma educação que capacite os mesmos para responderem a situações da vida real, observando o espectro dos saberes da disciplina. Situações que exijam elaborações mentais, além de outras capacidades. Ao tratarmos, por exemplo, do tema “poluição do ar” (efeito estufa, inversão térmica), nossa pretensão é que os alunos adquiram conhecimentos e sejam capazes (competentes) de entenderem e agirem de maneira a contribuir para a vida limpa no planeta.

Em relação à **habilidade**, podemos entendê-la, também brevemente, como uma capacidade menos abrangente que a competência, porém não menos importante ou de menor valor. Trata-se de uma capacidade de menor complexidade, no que diz respeito ao entrelaçamento de recursos envolvidos. A habilidade é mais uma capacidade técnica, que a mobilização de vários recursos para a solução de um determinado problema. Assim, no exemplo acima, enquanto a competência está em analisar, entender e propor soluções para uma vida mais limpa no planeta, a habilidade está em utilizar uma técnica ou ferramenta para tal propósito.

O **conteúdo programático** é a relação dos assuntos que serão abordados com os alunos durante o período letivo. Eles são apresentados por bimestres. É importante ressaltar que esse rol não pode ser visto como uma “camisa de força”, algo, que depois de estabelecido no plano de ensino e publicado e/ou enviado para instâncias superiores, deve ser cumprido a todo custo, mesmo que os alunos não tenham entendido alguns dos assuntos. É comum ouvirmos professores dizendo que não conseguiram cumprir seus programas, que estão atrasados com o programa, que precisam cumpri-lo etc. O professor precisa ter a clareza, e o bom senso, de que o importante é a aprendizagem dos alunos e não o cumprimento de um programa pré-estabelecido.

O ato de ensinar não é um trabalho cuja previsão se cumpre na sua exatidão. O programa pode e deve ser flexível para ser complementado quando o tempo é maior que o conteúdo previsto, ou interrompido quando ocorrer o contrário. É preciso planejar, estabelecer objetivos, metas etc., mas também é preciso a disposição para ajustes constantes ao longo do desenvolvimento do que foi planejado. Não tente cumprir um programa pelo fato de tê-lo estabelecido, ele deve ser vencido em função da compreensão dos alunos.

No item **metodologia** (método), são registradas as práticas e os recursos pedagógicos. O professor deve esclarecer como será o processo de ensino dos conteúdos. Geralmente são explícitas atividades que envolvem aulas expositivas, seminários apresentados pelos alunos, aulas interativas com os alunos, atividades em grupos na sala de aula, aula no laboratório, visitas técnicas, passeios, excursões; utilização de vídeos, projetor de multimídia etc. Outro recurso metodológico muito utilizado atualmente na prática pedagógica é o desenvolvimento de projetos. O trabalho com projetos pode circunscrever-se ao âmbito de uma disciplina ou pode envolver várias outras. É comum o coletivo dos professores decidirem pela realização de um projeto, com um tema amplo, no qual cada um desenvolve um aspecto ligado dele à partir da sua disciplina.

No âmbito da sua disciplina, o professor pode levar aos alunos um problema que apresente relação com o contexto real e propor uma possibilidade de investigação, com esse recurso ele ensinar determinado conteúdo que programou. Essa metodologia é complexa e requer mais disposição e empenho do professor, porém ela motiva os alunos para a aprendizagem, possibilita maturidade para o trabalho em equipe, contribui para a formação cidadã, além de se mostrar mais eficiente em relação à aula expositiva.

A **avaliação** é uma prática muito importante na educação, ela reflete o trabalho do professor (o ensino) e o esforço aluno (a aprendizagem). Avaliar não é simplesmente aplicar um valor número ou conceitual às atividades realizadas pelos alunos, mas verificar o processo de ensino e de aprendizagem, pois ao perceber se o aluno aprendeu ou não, o professor também verifica se o método que utilizou foi eficiente ou não, para determinado aluno ou grupo de alunos. Nesse sentido, há pelo menos três aspectos que precisam ser considerados na avaliação: ela não deve ser a última atividade realizada pelo aluno, isto é, não deve ficar para o final do período letivo; um único instrumento de avaliação não é suficiente para verificar a evolução do aluno; nem sempre o mesmo modelo de avaliação (instrumento avaliativo) serve para todos os alunos.

A preocupação e o interesse do professor é que o aluno aprenda, portanto necessita fazer verificações constantes a respeito do que ensinou. Assim, a avaliação se torna um processo contínuo e não uma atividade ao final de cada bimestre. O professor deve estar atento para os modelos de avaliação. Cada tipo de instrumento verifica capacidades diferentes, o teste de múltipla escolha, por exemplo, dá ao aluno a oportunidade de lembrar o que sabe; o instrumento discursivo lhe possibilita mostrar sua competência em fazer relações sobre um determinado assunto; os denominados “trabalhos de pesquisa”, proporcionam um aprofundamento no assunto ensinado em sala de aula. Todos os modelos de avaliação possuem seu mérito, desde que sejam utilizados pelo professor como recurso para verificação de aprendizagens específicas. Verificar, no sentido de perceber, constatar, diagnosticar, se houve aprendizagem suficiente. Caso o professor constate que não houve, então é preciso agir para resolver o problema. É momento de repensar a didática, os recursos, as estratégias, o tempo de estudo, a linguagem, os modelos de verificação, bem como procurar auxílio da coordenação, conversar com pais etc. Isso vale tanto para o conjunto dos alunos, ou somente para um.

A avaliação não pode ser vista e utilizada pelo professor como uma possibilidade de punição aos alunos que, no seu entendimento, não têm compromisso com a aula, aqueles que faltam excessivamente, são desatentos. A nota (ou conceito) que se atribui aos alunos nas avaliações, não deve se caracterizar como uma “moeda de troca” na relação entre professor e aluno, em que o primeiro, tenta manter a atenção e o esforço do segundo em função da nota que pode atribuir a ele. A falta de interesse dos alunos se deve a outros fatores que não discutiremos aqui, mas que não deve ser punida com a avaliação, pois não é esse o propósito dela.

O professor precisa planejar a avaliação para ser realizada ao final de cada unidade ensinada ou pequenos blocos de assuntos estudados. Pois, deve saber que, do ponto de vista cognitivo, informações antigas dão lugar a novas informações, isso significa que os saberes adquiridos por nós e não utilizados em nossas vidas são esquecidas. Portanto, solicitar que os alunos no ato da avaliação, escrevam sobre conceitos e princípios que aprenderam a dois ou três meses, não contribui para verificar o que eles realmente sabem a respeito da importância do assunto para sua vida. Esse modelo de verificação caracteriza a avaliação sem efeito para o processo de aprendizagem. Por isso, é comum os alunos solicitarem aos professores questionários para o estudo antes das avaliações. Isso mostra que o volume de conteúdo é grande e que serão cobrados por conceitos e princípios e não pela relação que podem estabelecer entre o que aprenderam e suas práticas cotidianas.

As **referências** são as fontes (livros, filmes, músicas, álbuns, internet, dicionários, jornais, revistas, mapas, enciclopédias etc.) que o professor utilizará para trabalhar com os alunos no ensino dos conteúdos de sua disciplina. As referências básicas são aquelas utilizadas de maneira direta, das quais fará uso para o preparo de suas aulas, bem como as lidas pelos alunos. As complementares são as fontes que indicará como complemento para os assuntos, aquelas que servem de apoio para tratar de questões que estão à margem dos conteúdos principais, ou que se aprofundam nas discussões dos conteúdos.

Em relação ao plano de aula, podemos defini-lo como um documento elaborado pelo professor no ato de planejar a aula que ministrará. Alguns professores, depois de alguns anos de experiência, não recorrem mais a esse expediente, pois já têm a segurança da sequência do que e como trabalhar determinado conteúdo. Para os professores em início de carreira, o plano de aula é muito útil, em função de possibilitar uma visão sequencial do conteúdo abordado durante do ano letivo, controlar seu tempo em sala de aula, fazer retomadas dos assuntos, preparar a avaliação etc. Geralmente o plano de aula é realizado pelo professor de modo informal em folhas ou fichas independentes, assim com em cadernos reservados para esse fim. De maneira geral, os itens que constam no plano de ensino são:

Disciplina

Ano/série

Data

Assunto (que será abordado com os alunos).

Objetivo da abordagem do assunto para a formação do aluno.

Introdução: abordagem inicial ao assunto, comentários introdutórios.

Desenvolvimento: esquemas e estratégias para explicar o assunto (uso de recursos, textos etc)

Síntese da exposição (questionamento para verificar o entendimento dos alunos, estabelecimentos de relações objetivas e subjetivas)

Sugestão e dicas de leituras e outras atividades para aprofundar o assunto

Indicação de atividade (reforço/tarefa de casa)

PLANO DE AULA		
DISCIPLINA:	ANO/SÉRIE:	DATA:
Tema/assunto:		
Objetivo:		
Introdução:		
Desenvolvimento:		
Síntese da aula::		
Dicas de leitura		
Atividade de reforço		

ATIVIDADE / EXERCÍCIO

Elabore um plano de ensino para a disciplina de Ciências, para alunos do Ensino Fundamental II, considerando o recurso do projeto para o desenvolvimento de um determinado assunto/tema do conteúdo programático. Você decidirá o ano/série para o qual construirá o plano.

REFERÊNCIAS

BÁSICAS:

- BARREIRO Iraide Marques de F., GEBARA Raimunda Abou. **Prática de Ensino e Estágio Supervisionado na Formação do Professor**. São Paulo: Avercamp, 2009.
- HORA, Dinair Leal da. **Gestão Democrática na Escola**. 14 ed. Campinas: Papirus, 2007
- GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis: Vozes.
- KRASILCHIK, Mirian. **Prática de Ensino de Biologia**. 3 ed. São Paulo: Harbra, 1996.
- PADILHA, R. P. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.
- PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- SALERNO Soraia Chafic E. K. **Administração Escolar e Educacional: planejamento, políticas e gestão**. São Paulo: Alínea, 2007.
- VEIGA, Ilma Passos A. (org.). **Projeto Político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 12 ed. Campinas: Papirus, 2001.

COMPLEMENTARES:

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394**. Brasília: Congresso Nacional, 1996

CAMINI, Lucia e Outros. **Educação Pública de Qualidade Social. Conquistas e Desafios**. Petrópolis: Vozes, 2001.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

PARO, Vítor Henrique. **Por dentro da Escola Pública**. 3 ed. São Paulo: Xamã, 2000.

PINSKY, Jaime. **Cidadania e Educação**. Campinas: Contexto, 1999.

TARDIF, Maurice. **Saberes Docentes e Formação Profissional**. Petrópolis: Vozes, 2004

_____; LESSARD, Claude. **O Trabalho Docente – elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Caro aluno. O Cadernos CB Virtual 5 que você está recebendo agora, série produzida especialmente para dar suporte bibliográfico inicial a vocês estudantes do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas à Distância, dá aqui, continuidade aos estudos da flora através do conteúdo da Fisiologia Vegetal. Da mesma forma, em relação aos estudos da fauna com o conteúdo de Fisiologia humana e Animal Comparada. Somando aos estudos da flora e da fauna já iniciados anteriormente os conhecimentos de Ecologia Básica contidos no volume 3, lançamos agora um olhar sobre os problemas ambientais discutidos em Tópicos Atuais em Ecologia. Os conhecimentos adquiridos em Biologia e Fisiologia Celular juntamente com aqueles da Bioquímica Estrutural e Metabólica junto aos de Genética Molecular serão de enorme utilidade para que você possa acompanhar aqui o conteúdo de Princípios de Análise Genética. O conteúdo de Biologia de Microorganismos e também o de Parasitologia II servem de introdução ao conteúdo de Imunologia III aqui abordado. Finalmente, por tratar-se de um livro voltado para um curso de Licenciatura, os fundamentos do fazer pedagógico discutidos no volume 4, através do conteúdo da Didática, tem continuidade nos conteúdos de Metodologia e Instrumentação para o Ensino das Ciências Naturais e de Estágio Supervisionado I – Ensino de Ciências Naturais na Escola de Ensino Fundamental. Esperamos que este volume seja bastante útil e inspirador e você possa acompanhar bem o desenrolar deste semestre. Bons estudos.